

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: powolivre@psd.pt



José Luís
Moreira da Silva

Editorial

Desafio Autárquico

O primeiro grande desafio da nova direcção do PSD, são as eleições autárquicas, agendadas para Outubro próximo.

Desafio óbvio, por ser o PSD o actual detentor do maior número de mandatos, conquistados nas eleições de 2001 e ter perdido a última eleição legislativa realizada; desafio, também, por serem conhecidos casos de vários candidatos para a mesma autarquia, designadamente em autarquias importantes, como Lisboa e Oeiras, entre outras; desafio, igualmente, por Marques Mendes ter considerado importante ter todos os candidatos para os Municípios mais relevantes, escolhidos até ao fim de Abril; e com eles vencer as eleições, conquistando, pelo menos, mais um mandato que o PS.

A vitória nas eleições autárquicas para o PSD é a todos os títulos importante. Não dramaticamente importante, mas mesmo assim muito importante! Depois da derrota (com números demasiadamente expressivos) nas últimas eleições legislativas, o PSD precisa de mostrar que está de novo em condições de disputar eleições e de as vencer. As autárquicas são um bom sinal de renovação e credibilidade do PSD e da nova direcção. São também um bom sinal para as eleições subsequentes, as Presidenciais, podendo ser vistas como um sinal de que um candidato da área política do centro-direita pode, pela primeira vez, estar em condições de vencer.

Não são, no entanto, dramáticas. A seguir às autárquicas seguem-se as presidenciais e as eleições legislativas ainda vêm longe. Estamos apenas no início de uma longa caminhada e muito há ainda a fazer para recolocar o PSD no lugar que é seu de direito, como alternativa válida e credível de governo.

Vários são porém os sinais que demonstram já a mudança e os novos ventos vindos da direcção do PSD! Marques Mendes prometeu ter escolhidos os principais candidatos aos municípios até ao fim de Abril e conseguiu resolver já casos que muitos diziam ser muito complicados: Lisboa e Oeiras, por exemplo, com as escolhas de Carmona Rodrigues e de Teresa Zambujo. Por todo o país os restantes candidatos vão sendo decididos, com calma e responsabilidade.

Este desafio autárquico é por isso igualmente um desafio de credibilidade e de competência! Um desafio que tem de unir todos os militantes do PSD, para bem das suas terras e para bem de Portugal. Mais do que os problemas pessoais de cada um, só o bem de cada terra e de Portugal nos pode fazer estar na política.

Credibilidade! Competência! São as duas grandes palavras que definem os candidatos escolhidos. São também as palavras que têm que definir a nova direcção e o PSD do futuro!



Marques Mendes apresenta os candidatos autárquicos do Distrito de Setúbal

- M. Melo Rocha
Ambiente: Novos Desafios
[artigos e opinião] (Pag 11)
- Direcção do Grupo Parlamentar
(Pag 7)
- Carmona Rodrigues candidato a Lisboa
(Pag 16)

Marques Mendes em Setúbal

O «líder» do PSD apresenta com a Comissão Política Distrital os cabeças-de-lista às eleições

Na passada quarta – feira, dia 20, um dos melhores hotéis de Setúbal, encheu-se com mais de mil militantes e simpatizantes do Partido Social-democrata, com destaque para todos os delegados à Assembleia Distrital e todos os elementos da CPD, para receber, por volta das 22 e 30, o presidente do PSD, Luís Marques Mendes, numa importante acção de pré-campanha autárquica, durante a qual foram anunciados os nomes dos cabeças de lista das candidaturas do PSD aos concelhos de Almada, Santiago do Cacém, Setúbal, Seixal, Sesimbra, Moita, e Montijo, sucedendo-se ao anterior anúncio dos candidatos a Alcochete, Sines e Barreiro.

Aos nomes de Ester Santos, de Manuel Lança e ao do ex-deputado e membro do Conselho Nacional do PSD, Bruno Vitorino, juntam-se agora o do secretário distrital dos TSD e ex-deputado, Pedro Roque – para Almada – e outro ex-deputado e antigo administrador do INH, Pedro do Ó Ramos, por Santiago do Cacém.

Fernando Negrão, deputado eleito nas duas últimas legislaturas pelo PSD, e antigo ministro da Segurança Social, candidata-se a Setúbal; Manuel Pires, um vereador veterano, é o nome escolhido para o Seixal, Carlos Gamito apresenta-se em Grândola; Luís Nascimento na Moita, e Carlos Filipe Oliveira, até agora deputado municipal e antigo parlamentar, concorre à Câmara Municipal de Sesimbra.

Resta ao PSD apresentar os nomes para Palmela, Montijo e Alcácer do Sal, por motivos que Luís Rodrigues justificou com “motivos estratégicos”. O presidente da CPD de Setúbal, referiu que eventuais acordos para a formação de coligações “é ainda uma possibilidade”, dado o interesse manifestado por duas das estruturas.

Declarações do Presidente do Partido em Setúbal

A participação do presidente do PSD nesta acção de pré-campanha em Setúbal, considerada forte sinal da aposta pessoal do líder e do partido no Distrito de Setúbal e é, para Luís Rodrigues, «um forte incentivo à mobilização dos militantes para as próximas eleições autárquicas. O objectivo é crescer em votos e mandatos, para estar à frente dos destinos das autarquias e mudar o modelo de gestão ruinoso que tem imperado nesta região».

Na altura da apresentação das candidaturas autárquicas distritais, Luís Marques Mendes, dirigindo-se ao grande grupo de dirigentes, militantes e simpatizantes, e após saudar os



presentes, afirmou que queria deixar, naquele momento, três mensagens, das quais a primeira era para o distrito e para a CPD e para o magnífico trabalho que tem vindo a desenvolver para recuperar o tempo perdido por força das circunstâncias, acelerando o passo e conseguindo, em pouco tempo, apresentar o seu naipe de candidatos, com pessoas de alta qualidade e com uma celeridade extrema.

Por isso, a sua presença era um estímulo, um incentivo e também um agradecimento, “pois dá gosto trabalhar a quem trabalha de forma tão eficiente e competente”.

Além disso, afirmou, “para quem trabalha desta forma no distrito de Setúbal, um distrito tradicionalmente tão difícil para o PSD, o que fizeram ainda vem justificar mais a minha presença, hoje e no futuro, pois eu quero vir aqui, ao longo do tempo que nos separa das eleições, várias outras vezes, noutras ocasiões.”

“Quero ser um de vós, nesta campanha, neste combate difícil, para um bom resultado neste Distrito.”

A segunda mensagem, versaria especialmente as autárquicas, e especialmente sobre os candidatos “que hoje temos o gosto de apoiar”, pois estas eleições são muito importantes, especialmente para o PSD, um Partido essencialmente do poder local, “onde temos tradição de apoio às populações, onde temos – neste domínio – pergaminhos de

qualidade, na descentralização, na resolução de problemas”.

Lembrou que o PSD tinha sido o primeiro partido no poder local, antes de o ser a nível nacional e consequentemente, “temos um projecto para cada autarquia e para todas, no seu conjunto”, pois não há outra força tão descentralizadora como o PSD. E depois, porque “temos autarcas de enorme qualidade, de Norte a Sul do País”.

“Em cada autarquia em que há a marca de um autarca do PSD” – afirmou – “há progresso, há desenvolvimento, há preocupações de qualidade de vida” e por isso, essa marca de qualidade na escolha de candidatos, evidenciada em Setúbal, era mais uma das razões de garantia de toda a solidariedade e apoio do Partido, no combate que os espera.

Uma mensagem que, disse, deixava aos candidatos, era um pedido para que, em articulação com as estruturas concelhias, e nas decisões de escolha das várias equipas, tivessem a grande preocupação de escolher com qualidade, pessoas competentes, sérias, com credibilidade.

Sem credibilidade, não há aproximação das pessoas à política, não há mobilização de vontades para a nossa causa comum. É necessária seriedade nas atitudes, nas pessoas e nas escolhas que apresentamos ao eleitorado.

“Tenho a certeza” – vincou – “que, quem primou pela qualidade e pela escolha criteriosa que aqui está, também em todos os outros candidatos vai ter a mesma preocupação”.

Autárquicas: Marques Mendes em Setúbal (continuação)

Apresentação dos candidatos às Câmaras

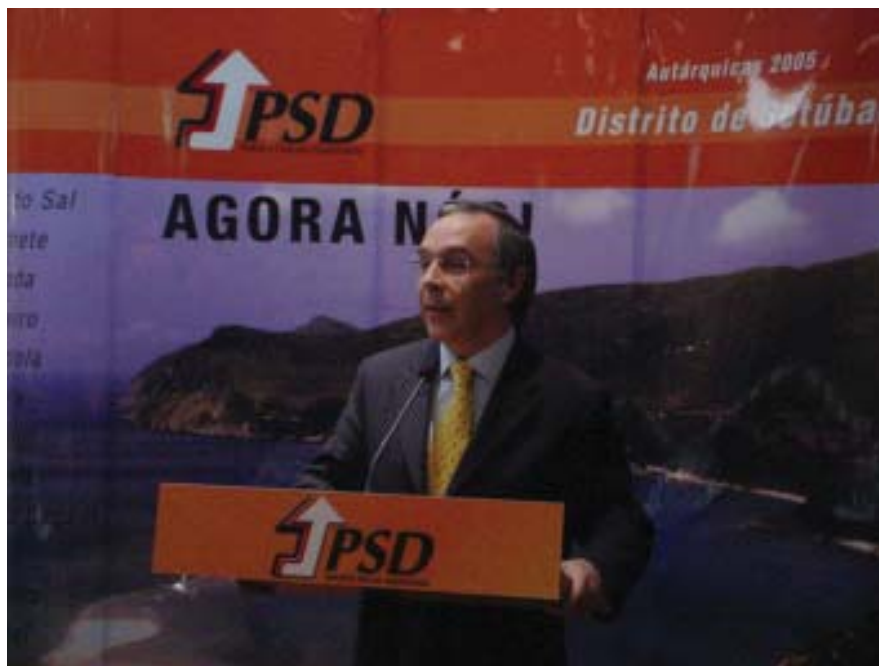
«Que cada um dos candidatos faça uma campanha alegre, pela positiva...»

Em segundo lugar, queria fazer um pedido: que “cada um dos candidatos faça uma campanha alegre, pela positiva, de firmeza de convicções, sem qualquer tipo de medo, de complexos ou de receio”. É algo que Marques Mendes sabe que é difícil ganhar eleições autárquicas nas circunstâncias do Distrito, mas “... não há monopólios, não há ‘tabus. Nós temos ideias, temos convicções, os nossos candidatos vão protagonizá-las. Por isso, devemos apresentar ao eleitorado de cada Conselho, o nosso projecto, para que os eleitores o julguem e nos possam dar uma oportunidade.”

O lema “Agora Nós!”, não significa, desta forma, uma ocupação de lugares, mas sim a posse e a expressão de novas ideias, de novos projectos, de uma lufada de ar fresco, pois o Distrito “precisa e acima da tudo merece, uma oportunidade nova e uma oportunidade diferente, que só pode vir do PSD e dos seus candidatos”.

Por isso este apoio e esta presença, que Marques Mendes prometeu renovar no futuro próximo, nestas e noutras eleições, era devida justamente a que “é em Distritos nos quais é mais difícil fazermos política, que é preciso maior atenção, maior apoio e maior solidariedade. E assim o farei!”

Ainda a esse respeito, acrescentou que imediatamente a seguir às férias de Verão, o PSD terá a sua convenção autárquica nacional que será



“seguramente um momento de festa, de muita alegria, de muita mobilização”, mas tem de ser muito mais que isso, pois para além da alegria, da mobilização e do entusiasmo, terá de ser “no plano dos princípios, dos valores e dos objectivos, a afirmação do nosso projecto, como Partido, para o Poder Local, precedido por um debate de ideias, em cada um possa dar o seu contributo para que, sem prejuízo da especificidade de cada Concelho, o PSD possa assumir a sua Carta de Princípios, o seu Projecto, para o conjunto autárquico nacional”.

É isso é importante, pois o PSD quer ganhar estas eleições, mas o objectivo não é “o Poder pelo Poder – é obtermos um instrumento para levar a cabo um Projecto de crescimento, desenvolvimento, e acima de tudo, um projecto de qualidade, a pensar nas pessoas e para as pessoas.”

O número de autarquias ainda é importante, mas “estamos numa fase nova do Poder Local, em que temos de entrar mais e mais numa dimensão de qualidade”, onde figuram em lugar destacado a preocupação com a exclusão social, com os problemas sociais, com as questões ambientais, com a qualidade de vida, pois “hoje, num Distrito como o de Setúbal, é importante ter condições de vida; mas é absolutamente decisivo acrescentar a essas condições o factor ‘qualidade’”

Por isso, o Presidente do PSD pede e espera que a contribuição, nesse campo, dos candidatos de Setúbal na Convenção autárquica, seja importante contributo para o sucesso e para a valorização dos social-democratas e dos seus autarcas.

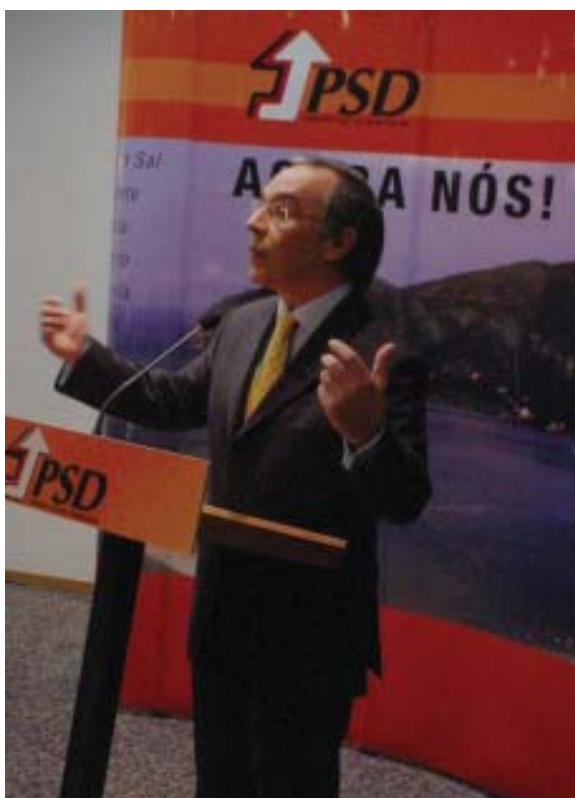
A terminar, Marques Mendes deixou uma palavra sobre o País, afirmando que, como é normal, estamos todos - no PSD – com força, entusiasmo e confiança, para fazermos, nos próximos anos, um Partido reforçado, renovado e revigorado.

«Sempre a pensar no País, acima de tudo, no País e pelo País»

Mas isso, sempre, “a pensar no País, porque um partido é tanto mais importante quanto mais pensar, acima de tudo, no País e pelo País.”

Não se trata de começar já a falar em quaisquer “alternativas de governação”, mas, como todos já notaram, “ao fim de um mês e pouco de Governo, o que vemos são algumas – poucas – medidas pontuais, e nenhuma medidas estruturais. “Portugal, como todos sabemos, não está bem, num quadro europeu e internacional que, também ele, não é famoso nem brilhante. Todos o acentuaram na última campanha eleitoral; e quando justamente se esperava que um governo recém-saído de eleições e ainda por cima com uma maioria absoluta, num quadro de excepcionais potencialidades, deitasse imediatamente mãos à obra”, o que estamos a ver é uma preocupação com matérias pontuais e de menor interesse e um abandono, uma negligência relativamente às questões estratégicas estruturais, que continuam adiadas.

“Parece” – disse – “que há uma preocupação de deixar tudo para depois das autárquicas”, para não fazer ondas, nem causar descontentamento,



Autárquicas: Marques Mendes em Setúbal (continuação)

Apresentação dos candidatos às Câmaras

esquecendo-se que, nesta ocasião e nestas circunstâncias, “adiar é agravar”, pois cada dia que passa. Em adiamento e protelação, é mais um dia de preocupação para os desempregados, para os que sofrem a angústia de quem tem os postos de trabalho em perigo, para quem está preocupado com o afastamento progressivo de Portugal, das médias europeias.

“Chega, por isso, de ouvir Primeiro-Ministro e outros governantes, dizer que a sua aposta é no crescimento económico, que é necessário reduzir a despesa pública”. Mas não chegam intenções ou palavras, é preciso agir, é saber como vamos crescer, como vamos reduzir o “polvo da despesa do Estado”, e é exactamente isso que tem faltado a este Governo, deito, até agora, de boas intenções e bonitas palavras, o que “a nós, como políticos, nos preocupa”.

É neste quadro que entra o PSD, sublinhou, “como um Partido que toma como suas estas legítimas preocupações de todos os Portugueses, em particular dos mais carenciados, dos mais vulneráveis e dos mais desfavorecidos”, que são os mais atingidos, os mais prejudicados, por estes adiamentos de soluções e de medidas.

Teremos assim de protagonizar uma Oposição firme e exigente, com nós próprios e com o Governo, ante o País.

“Temos de tratar das autárquicas e das nossas questões internas; mas acima de tudo e ao mesmo tempo, temos de tratar de Portugal, obrigando o Governo a governar, obrigando o Governo a decidir. Acima de tudo, com esta preocupação: a de incutir esperança nas pessoas, expectativas positivas nos cidadãos”, sendo todos nós capazes de fazer este discurso, sublinhando aos cidadãos a dificuldade dos tempos que correm, pois é com a verdade que nos mobilizamos; mostrando que as decisões a tomar, muitas vezes, têm a sua faceta de impopularidade. Mas mostrando e convencendo que há um futuro positivo para Portugal, que não seremos sempre atrasados, permanentemente em

decréscimo e a caminho da chamada “cauda da Europa”.

“Preocupa-nos” – destacou – “as previsões dos organismos internacionais, mas temos a certeza de que os Portugueses, se houver um rumo e uma estratégia de Governação consistente, coerente e consequente, Portugal pode vencer”

“É com esta atitude positiva, de confiança, de verdade, de crítica e denúncia das omissões, que nós, no PSD, prestaremos um grande e importante serviço a Portugal. Por isso vos peço, nesta ocasião, muita confiança e muita motivação”.

“Começamos agora o nosso trabalho para as Autárquicas e o nosso trabalho como Oposição, fazendo política com elevação, com orgulho, com verdade, como social-democratas e como portugueses, tendo esta capacidade de gerar esperança, confiança e expectativa nos cidadãos. Acreditamos em Portugal e é desta forma que vamos vencer, já nestas próximas eleições. Por nós, pelo Partido, pelos nossos candidatos, mas acima de tudo – e isso é o mais importante – pelas populações, criando desta forma as condições para que, continuando a ser os primeiros no Poder Local, voltemos a ser, nu futuro, os primeiros no plano nacional”.

“Tenho uma grande confiança; sei que esta é uma corrida de fundo, que é uma corrida decisiva e determinante. Sei muito bem que na Oposição não há cargos ou mordomias a distribuir – mas há algo muito mais importante e mais digno de nós: convicções, ideias e trabalho, em prol de Portugal e dos Portugueses.

“Nunca prometerei aos portugueses e acima de tudo, aos militantes do meu Partido, facilidades; e sobretudo aquilo que não posso dar. Mas prometo, isso sim, um grande esforço de unidade e de solidariedade; um grande trabalho credível e consequente, indo de encontro às preocupações das



populações, um trabalho feito com alma, com convicção, com seriedade e um enorme entusiasmo”

“Sempre que o PSD fez falta a Portugal, responde “Presente!”, e agora faz falta, tanto ou mais que nunca.”

“É por isso que acredito nestes candidatos, no seu esforço e no seu trabalho, na sua determinação e na sua dedicação”, disse, já a terminar e aplaudido entusiasticamente por todos os presentes, tendo assim terminado numa nota alta de afirmação social-democrata esta noite de apresentação de candidatos autárquicos em Setúbal – **Fontes: Audiovisuais PSD, CPD/Setúbal**





Autárquicas: Marques Mendes em Setúbal (conclusão)

Apresentação dos candidatos às Câmaras

Candidatos apresentados na sessão de Setúbal

Os candidatos apresentados nesta noite, em Setúbal, são os seguintes:

Alcochete

Maria Ester Ferreira dos Santos, nasceu a 2 de Março de 1954, em Mortágua – Viseu.

Habilitações Literárias:

1978 - Licenciatura em Medicina pela Faculdade de Medicina de Lisboa.

Médica de Clínica Geral do Centro de Saúde de Alcochete desde 1983, membro fundador do Rotary Clube do Montijo, tendo sido Presidente em 2003/2004.

Almada

António Pedro Roque Oliveira, nasceu a 10 de Janeiro de 1963, em Almada.

Professor do Ensino Secundário, Presidente do Secretariado Distrital de Setúbal dos TSD,

Membro do Secretariado Nacional Executivo dos TSD.

Na IX Legislatura foi eleito Deputado da Assembleia da República, sendo coordenador do Grupo Parlamentar do PSD na Comissão Parlamentar de Trabalho e Assuntos Sociais.

É membro da Assembleia Municipal de Almada.

Barreiro

Bruno Jorge Viegas Vitorino, nasceu a 15 de Maio de 1971.

Empresário, foi Deputado da Assembleia da República na VIII e IX Legislaturas, Vice-Presidente da Comissão Política Distrital de Setúbal do PSD de 2000 a 2004. Exerceu diversos cargos dirigentes a nível nacional e distrital na estrutura da JSD, sendo actualmente Membro do Conselho Nacional do PSD e Presidente da CPS do Barreiro. É membro da Assembleia Municipal do Barreiro.

Grândola

Carlos Manuel Tojinha Gamito, nasceu a 6 Abril de 1963, em Grândola.

Advogado, foi Chefe do Gabinete da Governadora Civil do Distrito de Setúbal de 2002 a 2005, membro da Assembleia Municipal de Grândola em vários mandatos. É Presidente da CPS de Grândola e é vogal da Comissão Política Distrital de Setúbal do PSD.

Moita

Luís Fernando Vaz do Nascimento nasceu a 29 de Novembro de 1966, em Lisboa.

É Gestor de Empresas e autarca desde os 18 anos. Foi Professor de Religião e Moral durante vários anos.

É actualmente membro da Comissão Política Distrital de Setúbal do PSD.

Santiago do Cacém

Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, nasceu a 4 de Outubro de 1974.

Licenciou-se em Direito em 1997, na Faculdade de Direito de Lisboa, exercendo actualmente advocacia. Foi

Deputado na IX Legislatura da Assembleia da República (Abril de 2002 a Abril de 2003), tendo integrado a Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e a Comissão de Inquérito de Camarate. Foi Vogal Executivo do Concelho Directivo do Instituto Nacional de Habitação de 2003 a 2005. É Presidente da Direcção da Associação Recreativa “Sociedade Harmonia” – Santiago do Cacém.

Seixal

Manuel Pires de Andrade Pereira, nasceu a 19 de Novembro de 1949, na Bendada/Sabugal.

Licenciado em História e Mestre em Cultura e Formação Autárquica, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tem uma Pós-Graduação em Direito das Autarquias da Faculdade de Direito de Lisboa. É Vereador da Câmara Municipal do Seixal há vários mandatos (Infra-estruturas e Rede Viária, Saúde e Prevenção da Toxicod dependência, Protecção Civil e Defesa do Consumidor). Professor do Ensino secundário, foi Presidente do Concelho Directivo da Escola Secundária Manuel Cargaleiro-Fogueteiro e da Escola Básica 2/3 do Pinhal dos Frades.

Sesimbra

Carlos Filipe Pereira de Oliveira, nasceu a 19 de Dezembro de 1956

Licenciou-se em Direito em 1981 pela Universidade Clássica de Lisboa. Membro Efectivo da Assembleia Municipal de Sesimbra, encontrando-se a cumprir o 7º mandato consecutivo. Foi Deputado da Assembleia Metropolitana da Área Metropolitana de Lisboa de 1998 a 2002. Director Executivo da Região de Lisboa da ANTRAM desde 1992. Foi Deputado da Assembleia da República entre 1992 a 1993. Exerceu vários cargos partidários ao nível local, distrital e nacional.

Setúbal

Fernando Mimoso Negrão, nasceu a 29 de Novembro de 1955, em Angola.

Licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa. Foi eleito Deputado à Assembleia da República na IX (Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD) e X Legislaturas, sendo actualmente membro da Comissão Especializada de Saúde. Foi Ministro da Segurança Social, da Família e da Criança, Director Geral da Policia Judiciária, Juiz em várias Comarcas, Presidente do Instituto da Droga e da Toxicod dependência.

Sines

Manuel António de Campos Botelho da Lança, nasceu a 22 de Outubro de 1953.

Foi Vereador da Câmara Municipal de Sines entre 1985 e 1993 e membro da Assembleia Municipal de Sines entre 1982 e 1985. Comandante dos Bombeiros Voluntários de Sines de 1988 a 1992, Técnico Industrial da REPSOL (antiga BOREALIS) em Sines.

Duarte Freitas nomeado relator do Parlamento Europeu para o Acordo sobre o Programa Internacional de Conservação de Golfinhos

O Deputado Europeu do Partido Social-Democrata Duarte Freitas foi nomeado relator do Parlamento Europeu para o Acordo sobre o Programa Internacional de Conservação de Golfinhos.

Com base no processo de adesão da Comunidade Europeia à “Comissão Interamericana do Atum Tropical” (IATTC), que desempenha um papel central na coordenação do “Programa Internacional de Conservação de Golfinhos” (AIDCP), a Comunidade terá agora que adoptar os procedimentos necessários para poder celebrar o AIDCP, assumindo desta forma as suas responsabilidades e direitos por força do acordo.

Os objectivos fundamentais do AIDCP são os de reduzir para valores próximos de zero as capturas acidentais de golfinhos nas capturas de atum com redes de cerco com retenida.

O presente acordo pressupõe uma certificação especial dada pela IATTC relativamente ao Atum capturado (dolphin safe) na zona do acordo.

Esta proposta de decisão irá certamente sensibilizar os membros da Comissão das Pescas e do Parlamento Europeu em geral, para os problemas das capturas acidentais, preconizando para o futuro um conjunto de medidas capazes de salvaguardar os interesses de quem pesca com artes menos lesivas para o ambiente.

Com uma opinião pública cada vez mais atenta à origem dos seus alimentos e cada vez mais preocupada com a sustentabilidade dos ecossistemas, programas deste género deverão continuar a ser levados a cabo, elevando a valorização da captura de tunídeos com a arte de salto e vara utilizada nos Açores que, monitorizada pelo programa POPA, garante que os Açores estão na vanguarda do “dolphin safe” a nível internacional.

Proposta audição pública sobre conservação de golfinhos

Após alguns trabalhos e reuniões, audições e apreciação de relatórios, a Comissão Europeia já apresentou em Bruxelas, na Comissão de Pescas do Parlamento Europeu, a proposta de decisão do Conselho relativa ao Acordo Internacional de Conservação de Golfinhos, de que é Relator de Fundo o Deputado Europeu Duarte Freitas.

Como Relator, Duarte Freitas interveio na Comissão de Pescas chamando a atenção para “a complexidade de que se reveste o mercado actual do atum, nomeadamente no que diz respeito à indústria conserveira”.

O Deputado realçou “a necessidade de se reforçarem os meios para proteger estes cetáceos nas capturas de atum com artes de cerco e retenida”.



Duarte Freitas sensibilizou os membros da Comissão das Pescas para os problemas das capturas acidentais, preconizando para o futuro “um conjunto de medidas capazes de salvaguardar os interesses de quem pesca com artes menos lesivas para o ambiente”.

Apoiado por algumas organizações ambientalistas internacionais como a Green Peace e a WWF, o entendimento dos deputados europeus para aprovação deste Acordo parece ser consensual, estando criada uma boa plataforma de entendimento entre os diferentes grupos políticos.

Duarte Freitas, como Relator do PE para este documento, propôs a organização duma audição no Parlamento Europeu para auscultar algumas das partes interessadas. Esta audição teve lugar no dia 26 de Abril.

Apresentada a proposta de relatório e realizada a audição pública

Foi hoje (dia 26 de Abril) que Duarte Freitas apresentou, na Comissão de Pescas do Parlamento Europeu, a sua proposta de relatório relativo ao Acordo Internacional para a Preservação dos Golfinhos.

Duarte Freitas, Relator do Parlamento Europeu

para este documento, aproveitou a ocasião para promover a anunciada audição pública, que se realizou nas instalações do PE em Bruxelas, “com o objectivo de sensibilizar os restantes membros desta Comissão para questões como a pesca responsável e a preservação dos ecossistemas”.

A convite de Duarte Freitas participaram na audição vários especialistas desta matéria: Martin Hall da IATTC, Alexandra Pomé da WWF e Mario Aguilar, representante do Governo Mexicano perante a IATTC, puderam explicar detalhadamente aquilo que o Deputado português havia avançado na exposição de motivos da sua proposta de relatório, posição secundada também pelo parecer que Duarte Freitas obteve junto do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores.

Para além das questões relativas ao “bycatch” de cetáceos nas pescarias do Atum, o Deputado português chamou ainda a atenção para o facto de “ser urgente enviar esforços no sentido de abordar o tema da certificação e etiquetagem ecológica dos produtos provenientes da pesca na União Europeia”.

O relatório de Duarte Freitas será votado na reunião da Comissão das Pescas do próximo dia 23 de Maio.



Direcção do Grupo Parlamentar eleita no passado dia 21 de Abril



Na passada quinta-feira, o Grupo Parlamentar do PSD reuniu, para proceder à eleição da sua nova Direcção. Feita a votação e apurados os resultados, a Direcção ficou assim constituída:



Presidente:

Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes

Vice-Presidentes:

António Montalvão Machado

Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho

Henrique José Praia da Rocha de Freitas

Hermínio José Loureiro Gonçalves

Zita Maria de Seabra Roseiro

António Joaquim Almeida Henriques

Pedro Miguel de Azeredo Duarte

Secretário: Emídio Guerreiro



Notícias dos Açores

A revisão do programa «POSEI» no âmbito da agricultura açoriana

● Uma análise de Victor Cruz

Assinado pelo Presidente do PSD/Açores, Victor Cruz, o nosso Partido naquela região emitiu, há dias, um comunicado de grande importância, que marca a posição do PSD regional num tema fundamental para a vida económica das Ilhas. No comunicado afirma-se: A revisão em curso dos programas Posei no âmbito da agricultura é fundamental para os Açores. Deve, por isso, merecer a nossa maior atenção.

O Posei tem tido uma acção decisiva na promoção da agricultura açoriana e no abastecimento de produtos agrícolas.

No momento em que se discute uma alteração profunda à filosofia de actuação deste programa, registamos, com agrado, a metodologia que a Comissão Europeia propõe; Uma metodologia participativa de tomada de decisão, que permite a rápida adaptação das medidas, tendo em conta as especificidades de cada região ultraperiférica.

Esta descentralização nas tomadas de decisão e a simplificação das disposições de gestão impõe a responsável participação das regiões.

Para a Região Autónoma dos Açores é importante enquadrar e sistematizar as grandes preocupações e propostas da Região, tanto no processo de emissão de parecer do Parlamento Europeu, como na fase negocial junto do Conselho.

O Posei/Agricultura é um dos principais instrumentos potenciador do sector agrícola dos Açores, pelos apoios financeiros que possibilita e pela determinação de uma estratégia política que impõe para o sector, com a elaboração de um diagnóstico e com a apresentação de opções para o médio prazo.

Relativamente aos montantes financeiros, o PSD defende que o método de cálculo deve ter em conta não só as ajudas ao aprovisionamento, no caso de mercadorias provenientes do mercado comunitário, mas também a isenção de direitos de importação, para as mercadorias provenientes de países terceiros.

A natureza arquipelágica dos Açores e a sua situação de dupla insularidade, deve determinar apoios diferenciados, tendo em conta os custos dos transportes no mercado interno, facilitando e incentivando as trocas entre as várias ilhas.

A dimensão das produções e do



mercado das RUP's, por si só, muitas vezes não garantem a sustentabilidade das indústrias transformadoras locais, essenciais para a manutenção de algumas culturas agrícolas, que permitem a diversificação das economias das regiões.

Por esta razão, em certos casos, estas indústrias têm necessidade de complementar o seu aprovisionamento com recurso a matérias-primas de proveniência exterior e de recorrer à exportação ou expedição dos seus produtos para garantir a sua viabilidade.

Assim sendo, desde que não exista restituição aquando da exportação, não deve ser restringida a possibilidade de exportar ou reexpedir produtos transformados que tenham beneficiado do regime específico de abastecimento. Só assim se garante um desenvolvimento sustentado do mundo rural, que passa também pela existência de uma agro-indústria que valorize as produções regionais e o emprego que lhe está associado.

Defendemos que os produtos transformados, que incorporem matérias que usufruíram do regime específico de abastecimento, caso das ramas de açúcar, não fiquem impossibilitados, como produto final,

de exportação ou reexpedição.

Sempre que possível, o regime específico de abastecimento deve contribuir também para o reforço das correntes comerciais entre as Regiões Ultraperiféricas. Por isso, as ajudas ao aprovisionamento, no contexto do regime específico de abastecimento, devem ser sempre extensivas aos produtos expedidos das restantes RUP's.

Com esta revisão, deve ser assegurada a manutenção de todo o acervo já conquistado quanto às medidas e apoios relativos ao regime específico no âmbito do desenvolvimento rural, permitindo continuar a fomentar a diversificação, a reestruturação e a orientação para uma agricultura sustentável em explorações agrícolas de dimensão económica reduzida.

O novo funcionamento que o Regulamento estipula - necessidade de apresentação de programas para o regime abastecimento e para o apoio às produções locais - e o prolongado processo da sua elaboração e aprovação pela Comissão, recomenda que se garanta que a regulamentação actual só seja revogada aquando da aprovação dos programas de cada Região.

Com esta opção permite-se a

continuidade dos apoios dos Posei e assegura-se a rapidez de entrada em funcionamento das novas regras.

No Parlamento Europeu os Açores podem ter um aliado. O Deputado açoriano Duarte Freitas, relator de fundo para o Posei/Agricultura, tem promovido um amplo debate gerador de consensos sobre o significativo processo de revisão do Regulamento.

É de reconhecimento geral o interesse da Região nesta opção política da União Europeia. Importa confirmar e expressar o consenso regional dos Parceiros Sociais, do Governo Regional e dos Partidos Políticos sobre esta matéria.

É no Parlamento Regional que podemos, com participação plural e democrática, afirmar a unidade dos Açores sobre a revisão do regulamento Posei/Agricultura.

O PSD/Açores vai apresentar na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um projecto de Resolução que identifique o interesse regional na revisão do regulamento Posei/Agricultura, com propostas concretas de alteração à proposta da Comissão, contribuindo assim para o sucesso da estratégia negocial nesta matéria.

– Assinado, Victor Cruz

Nos Concelhos de Óbidos e Fundão

Veto a Escolas Superiores causa indignação contra Governo e tem reflexos no Parlamento

O grande assunto da semana e que transcende pela sua importância política os Concelhos de Óbidos e Fundão, que protagonizam o acontecimento, foi o inesperado veto presidencial à criação das escolas superiores Escola Superior de Turismo, do Fundão; e de Conservação e Restauro, de Óbidos, tendo o PSD considerado que se tratou de uma decisão política, “injusta e inaceitável”.

“Estamos claramente perante um veto de natureza política. Não queremos acreditar que esta decisão foi tomada porque se tratavam de dois municípios cuja governação é de cor diversa da do Governo”, afirmou Marques Guedes, líder parlamentar do PSD, durante uma conferência de imprensa, na qual estiveram presentes e esclareceram os jornalistas, os presidentes das câmaras do Fundão, Manuel Frexes, e de Óbidos, Telmo Faria.

Para o PSD este veto corresponde “a uma alteração de uma decisão legítima do Estado Português”, já que os dois diplomas foram aprovados por “decisão do Conselho de Ministros do anterior Governo, em exercício de funções”.

“Trata-se de uma decisão incompreensível, errada, inaceitável, injusta e altamente prejudicial para o Fundão, Óbidos, as suas regiões e o país”, considerou Marques Guedes.

Sublinhando que estas duas escolas iriam permitir o acesso de muitos jovens a cursos do ensino superior “com saídas profissionais asseguradas”, o líder parlamentar interino do PSD recordou a “unanimente reconhecida” carência de quadros técnicos superiores nestas áreas.

“É vital a qualificação de recursos humanos nestas áreas”, frisou.

Marques Guedes lembrou ainda que todos os pareceres vinculativos e não-vinculativos das entidades que tutelam o ensino superior, já foram emitidos e que todos os conteúdos programáticos para leccionar os primeiros cursos estão elaborados.

“As escolas tinham e têm as condições necessárias para poderem abrir portas”, disse, assegurando também que não existe qualquer impedimento de ordem financeira “uma vez que as instalações e a abertura destas escolas estão asseguradas pelos orçamentos municipais”.

“O Governo não pode sustentar politicamente esta decisão, sobretudo com o argumento de que contrariava o seu programa”, acrescentou Marques Guedes, considerando que esta situação é “um teste à arrogância ou à humildade do Governo em reconhecer que errou, que agiu mal e precipitadamente”.

Reflexos dos vetos na sessão da AR

Já antes e no âmbito de debate na Câmara, Marques Guedes, dirigindo-se ao Governo, tinha afirmado:

«Foi com profunda tristeza e indignação que tomámos conhecimento dos vetos aos diplomas que criaram a Escola Superior de Turismo do Fundão e a Escola Superior de Conservação e Restauro de Óbidos, que justamente foram aprovados por decisão do Conselho de Ministros do anterior



Manuel Frexes e Telmo Faria, na A R

Governo, em exercício de funções. Este veto surge assim, após um parecer negativo do actual Governo e corresponde a uma alteração de uma decisão legítima do Estado Português.

«Cumpre-nos pois, dizer o seguinte:

1. Trata-se de uma decisão incompreensível, errada, inaceitável, injusta e altamente prejudicial para o Fundão, Óbidos, as suas Regiões e o País.

2. O Turismo a par da Conservação e Restauro são duas áreas onde a carência de quadros técnicos superiores é unanimemente reconhecida, não só pelos responsáveis do ensino que a elas estão ligadas, mas também, por todas as entidades que compõem ambos os sectores.

3. É, por isso, vital a qualificação de recursos humanos nestas áreas.

4. A aposta no ensino e na formação de quadros especializados nestas disciplinas constitui uma alavanca essencial para afirmar as duas regiões em causa e o País. O que está em causa é uma decisão que implica um retrocesso no desenvolvimento das nossas regiões, pois, a criação destas escolas corresponde a uma visão estratégica na formação qualificada e, por outro lado, permite o acesso de muitos jovens ao ensino superior com saídas profissionais asseguradas.

5. Trata-se de um rude golpe desferido contra Óbidos, Fundão, os respectivos Institutos Politécnicos e o progresso das suas Regiões.

6. É uma atitude absolutamente incompreensível, pois as escolas já estão criadas. Em primeiro lugar, porque foram emitidos todos os pareceres, vinculativos e não vinculativos, das entidades que tutelam o Ensino Superior em Portugal; em segundo lugar, porque foram já elaborados os conteúdos programáticos para leccionar os primeiros cursos; e por último, porque

não há qualquer impedimento de ordem financeira, uma vez que as instalações e a abertura dessas escolas estão asseguradas pelos orçamentos municipais.

7. No caso do Fundão esta decisão ganha redobrada indignação, pois, o Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco – Prof. Walter de Lemos – que assinou, em Outubro, o protocolo que visava a criação da Escola Superior de Turismo é actualmente Secretário de Estado da Educação.»

(...)

«De frisar que o Governo não pode sustentar politicamente esta decisão, sobretudo com o argumento de que contrariava o seu programa. Tal não corresponde à verdade. Ao Governo caberia apenas, dar o seu aval para o acto formal de promulgação presidencial, não se verificando qualquer incompatibilidade com o seu programa, dado que a responsabilidade pela criação dos diplomas não era sua, mas do Governo anterior.

«O Governo não pode agir deliberadamente para prejudicar quer as autarquias, quer os respectivos institutos politécnicos, nem pode violar decisões anteriores do Governo, que contém obrigações para com estas autarquias, nomeadamente pelos avultados investimentos que, quer a autarquia do Fundão, quer a autarquia de Óbidos têm em curso; nem pode desiludir brutalmente as expectativas de largas dezenas de jovens e famílias interessadas em realizar as suas inscrições já para o próximo ano lectivo.

«O melhor seria que nos desse aqui e hoje uma cabal explicação. Como é que numa situação tão simples e tão clara como a criação destas duas necessárias escolas, se atreve o governo a retroceder em decisões já tomadas?»

– Fontes: “Lusa” e Gab. Imp. PSD/Óbidos

Notícias de Braga

Na Assembleia Municipal, o PSD vota contra as Contas da Câmara relativas ao exercício de 2004

Tal como acontecera na reunião do Executivo Municipal, a bancada do Partido Social-Democrata na Assembleia Municipal de Braga votou no dia 20, contra os Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Braga, relativos ao ano de 2004, em nome de todos os que se revoltam com a inércia e a inépcia deste Executivo Municipal.

Na intervenção proferida na reunião ontem realizada deste órgão, o Deputado Municipal Ricardo Rio assegurou que “hoje é fácil reconhecer que o actual Executivo tem beneficiado, e muito, com os contributos, os reparos e as sugestões da Oposição Social-Democrata”.

Para tal, “beneficiou, ainda que de forma exageradamente tardia, com o aproveitamento de inúmeras propostas formuladas pelos Autarcas e pelas Comissões Políticas deste Partido, que hoje constam de um património valioso de ideias que visam a construção de uma Cidade mais dinâmica, de um Concelho com maior qualidade de vida, de uma Comunidade mais próspera e solidária”.

Em muitas áreas e projectos, assegurou, o PSD “não pede royalties ou patentes à maioria socialista”. Antes, “pede ao Executivo Municipal vontade, determinação e coragem para resolver os problemas que afligem muitos dos nossos concidadãos”. E mesmo assim, asseverou “deparamo-nos demasiadas vezes com o muro do autismo, do laxismo e do experimentalismo que deixámos construir na Praça do Município”.

Para o Presidente do PSD de Braga, “beneficiou também o Executivo Municipal com os nossos apelos ao rigor, à transparência, ao cumprimento dos preceitos legais”. Afinal, lembrou, “há três anos, os orçamentos eram inconsistentes. No ano passado, a reunião da Câmara teve que ser adiada por falta de elementos legalmente exigíveis para a prestação de contas à luz do POCAL. Ainda há não muito tempo, o agora Senhor Secretário de Estado, Deputado Municipal António Braga, criticava-me pela visão tecnocrática e economicista da gestão municipal, considerando que o que era verdadeiramente relevante era a avaliação política do desempenho da Autarquia”.



Bem pelo contrário, “hoje, é o próprio Presidente da Câmara que revela as suas fantasias frustradas por não ter chegado a Ministro das Finanças de Portugal, capaz de dar lições à Dra. Manuela Ferreira Leite, capaz de resolver o problema do défice público, com coragem suficiente para aumentar impostos, taxas e licenças”. Inclusive, “hoje, é o próprio Presidente da Câmara quem se assume como um mero contabilista de mangas-de-alpaca, esgrimindo números falaciosos e sem significado, portando-se como um analista financeiro estagiário que pensa que um conjunto de gráficos e tabelas chega para iludir a realidade económica e financeira da entidade em análise”.

Daí a conclusão “por trás de tanta poupança, de tanto rigor, de tanta capacidade de investimento e de endividamento – e como se pode ser tão irresponsável a este propósito! – está uma Autarquia que só faz... de conta”.

Criticando a ausência de prioridades estratégicas, a baixa capacidade de execução dos seus próprios compromissos, a tendência excessiva para a promoção de iniciativas de fachada para jornalista ouvir e escrever, Ricardo Rio sustentou que “hoje, já não são só os Presidentes de Junta que são

continuamente iludidos pela inscrição de obras em sede de Plano Plurianual de Investimento, que tardam ou nunca chegam a ser concretizadas”.

Perante as omissões em diversas áreas estratégicas, Rio deixou no ar uma série de questões: “Será que os responsáveis municipais não percebem que a Sociedade Civil Bracarense já não se revê nesta Câmara Lenta que funciona como entrave ao desenvolvimento do Concelho?”

“Será que não vêm a pujança da Universidade, a dinâmica das Associações, o empreendedorismo dos agentes económicos, a valia dos projectos das IPSS e de tantas outras entidades privadas?”

“Será que não percebem que esta Braga a duas velocidades não vai perdurar, não por causa da vontade do Partido Socialista limitar os mandatos dos Autarcas mas pela expressa vontade dos Bracarenses?”

Dirigindo-se directamente ao actual Presidente da Câmara, Ricardo Rio disse: “Senhor Engenheiro Mesquita Machado, por mais cartas que dirija ao Dr. Jorge Coelho, o seu mandato já está limitado e não vai passar de Outubro do presente ano, mesmo que decida recandidatar-se e recolha o apoio do seu Partido”.

Na base de tal veredicto estão as evidências que resultam da questão que lançou ao edil socialista: “Sabe,

quase trinta anos depois de ter assumido funções na Câmara Municipal de Braga, há ainda muito, ainda há demasiado, por fazer. Há ainda muitos problemas que continuam por resolver; a maior parte deles resultaram dos vários erros que acumulou ao longo dos vários mandatos”.

Por contraponto com a sobrançeria dos autarcas do PS, Rio lembrou que “no PSD, a Auditoria Urbana faz-se dia após dia, no terreno, nos contactos com as pessoas e as instituições, na auscultação das suas preocupações e na recolha das suas sugestões válidas”. Enfim, os “contributos que sustentam uma postura continuamente crítica e construtiva da gestão municipal, com a apresentação de propostas que vão de encontro aos anseios dos Bracarenses e que diferem muito do que não vem sendo feito pela Autarquia”.

No final da sua intervenção, Rio deixou o repto ao responsável local do PS: “para já, pode continuar a esconder-se atrás do seu Adjunto, do Secretariado do PS ou desse silêncio comprometido de quem julga que nos tira a razão pela falta de resposta. Mas temos um encontro marcado para Outubro... Não falte!”.

– CPS/PSD, Braga



Ambiente os novos desafios:

Energias renováveis; mercado do carbono; responsabilidade ambiental

Mário Melo Rocha



Há trinta anos, quando as questões ambientais surgiram com uma primeira sistematização, os desafios que então se punham eram, basicamente, não as perder de vista. Enumerar os domínios a proteger, quantificar metas gerais, apontar linhas de soluções. Não as deixar reverter para um novo esquecimento.

Nessa altura, na esteira dos anos 60, as matérias ambientais eram, também ou sobretudo, bandeiras políticas agitadas por uma parte da esquerda, situada algures entre uma intelectualidade herdeira do Maio de 68 e uma postura “ecolo”, florida e multicolorida. As regulações das questões ambientais, nos domínios jurídico, de gestão e do desenvolvimento sustentável, eram pouco mais que incipientes. Ninguém, todavia, pode escamotear o mérito de, por essa altura, se ter dado o pontapé de saída para o reconhecimento público do que, hoje, são matérias incontornáveis.

Em trinta anos, o caminho percorrido mostra que se sedimentaram todas as questões centrais, se alterou o modo de as olhar, passando-se de uma visão quantitativa para uma perspectiva qualitativa; e elas são equacionadas nos planos: local, regional, nacional, comunitário e global. T tamanha riqueza e diversidade aconselham, porém, a que se saiba fazer uma triagem das matérias que (representando outros tantos novos desafios) ocupam hoje as atenções centrais nos primeiros tempos do século XXI.

De todas, a partir de uma perspectiva portuguesa, realço três: as questões em torno das energias renováveis, as matérias decorrentes do chamado “mercado do carbono” e as relativas à directiva referente à responsabilidade ambiental.

Tendo-se Portugal comprometido a atingir uma meta quantificada de obtenção de electricidade a partir de fontes renováveis, seria lógica a constituição de uma “via verde” para a construção, licenciamento e promoção das energias renováveis. Na verdade, não é isso que se passa. Existem vários pontos de “estrangulamento” que perturbam fortemente os promotores e dificultam enormemente



os compromissos assumidos. Um deles é a criação, nos interstícios da administração pública, de uma nova burocracia, herdeira da velha, típica de uma administração que teima em comportar-se como autoridade.

Essa burocracia faz perder tempo, faz perder forças, faz perder a paciência. Tome-se um exemplo concreto: um parque eólico é apetecível para os promotores, dada a rapidez do retorno do investimento, calculado entre sete a nove anos. O que o promotor porém dá como adquirido é não ter de esperar quase outro tanto até conseguir iniciar a

actividade do parque. Ora é o que sucede, já que a demora para um parque eólico começar a funcionar tem andado entre três e sete anos. Outro desses pontos de “estrangulamento” prende-se com a fórmula ou fórmulas encontradas para remuneração da electricidade produzida a partir de recursos renováveis. Essas fórmulas têm sido instáveis, gorando a expectativa dos promotores e criando mais problemas num domínio em que se deveriam incentivar facilidades e rapidez.

O chamado “mercado do carbono” é uma verdadeira bolsa de futuros e opções, que supõe preparação. Necessita de uma regulação clara, que do ponto de vista jurídico, está feita por dois diplomas do final de 2004. Ocorre que há sectores sujeitos a um “spread” em vista do controlo das suas emissões, mas há outros, como o sector dos transportes, sem qualquer constrangimento desse tipo. E ocorre também que a criação de uma base de dados acessível ao público, em estreita ligação com o administrador central comunitário, prevista na legislação, a par de outras questões não esclarecidas, fazem temer que se possa repetir aqui o conhecido “gap” português entre o direito legislado e o direito aplicado (e fiscalizado).

A directiva referente à responsabilidade ambiental a que se chegou ao fim de quinze anos de tentativas, que está publicada e em vigor (desde Abril de 2004), não parece, por ora, tirar o sono às empresas portuguesas. Acontece que, a continuarem com a hibernação, quando acordarem vão ter um pesadelo. O campo de aplicação, os sectores abrangidos, a obrigatoriedade de acções de prevenção e reparação e o convite empenhado à constituição de garantias financeiras que possam fazer face àquelas acções, deveriam fazer pensar as empresas, levando-as ao conhecimento atempado do novo regime a que estão sujeitas.

Eis três exemplos. Burocracia a mais, impreparação igual e conhecimento a menos das questões ambientais - hoje questões técnicas - prejudicam as pessoas, as empresas e a economia nacional.



Secção de Évora

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Évora, para as 21:15 h. em sessão extraordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

Apreciação do Relatório e Contas de 2004

Secção de Alenquer

Vasco Franco Aguiar Miguel, presidente da Mesa da Assembleia da Secção Concelhia de Alenquer, convoca, nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD, a Assembleia de Secção, para um plenário a realizar no próximo dia 28 de Abril de 2005 (quinta-feira) pelas 21 horas, no Auditório da Biblioteca municipal de Alenquer, na rua Sacadura Cabral, Alenquer, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto único: Apresentação da estratégia autárquica.

Secção de Lamego

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco o Plenário da Secção de Lamego, para o dia 29 de Abril de 2005, pelas 21.00 horas, no auditório da Rádio Douro Sul, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Informações

2 – Análise da situação política local (Preparação de Autárquica)

Secção B - Campo Pequeno, Lisboa

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção B para uma Assembleia de Secção a realizar na sede da Secção no próximo dia 04 de Maio de 2005 pelas 21h00 com a

seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações

2. Apreciação e votação das contas da Secção B referentes ao ano de 2004

3. Análise da situação política

Nota: Caso não se verifique a existência de quorum à hora prevista, a assembleia terá início pelas 21h30 com qualquer número de presenças.

Secção Oriental de Lisboa

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco o Plenário da Assembleia de Secção, para o dia 5 de Maio de 2005, pelas 21.00 horas, nas instalações sitas na R. Manuel dos Santos, 21A, Cave, 1900-317 Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Informações

2 – Aprovação do Relatório e Contas do exercício de 2004

3 – Análise da situação política nacional e local

Secção do Porto

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco o Plenário da Assembleia da Secção do Porto, para o dia 5 de Maio de 2005, pelas 21.30 horas, na sede da Junta de Freguesia do Bonfim (Campo 24 de Agosto, 924, Porto) com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Informações

2 – Análise da situação política nacional e local

3 – Debate e parecer sobre a proposta do perfil de candidato a Presidente da Câmara Municipal do Porto.

Secção de Lousada

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco o Plenário da Secção de Lousada, para o dia 06 de Maio de 2005, pelas 21.30 horas, na sede Concelhia, na Travessa de S. Sebastião, Silveiras, Lousada, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Discussão e votação o relatório e Contas de 2004

2 – Aprovação do perfil de

candidato a Presidente da Câmara Municipal.

Secção de Valongo

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco a Assembleia da Secção de Valongo para reunir em sessão ordinária, no dia 16 de Maio de 2005, segunda-feira, pelas 21.30 horas, no Fórum Vallis Longus, em Valongo, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Eleições Autárquicas

2 – Outros assuntos de interesse.

Secção de Odivelas

Ao abrigo do n° 51 dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco a Assembleia de Militantes da Secção Concelhia de Odivelas para reunir em sessão ordinária, no dia 10 de Maio de 2005, terça-feira, pelas 21.00 horas, na sede da Secção, sita na R. Alfredo Roque Gameiro, 11 – C/V Dtª, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Informações

2 – Análise da situação política

Secção de Cinfães

Ao abrigo dos n.ºs. 50, 51 e 66, do n.º 2 dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco a Assembleia de Militantes da Secção Concelhia de Cinfães, para reunir em Sessão Ordinária, no dia 07 de Maio de 2005, pelas 15.00 horas, na sede da Junta de Freguesia de Cinfães, sita à Quinta dos Passais – Vila de Cinfães, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Análise da situação político-partidária

2 – Eleições Autárquicas 2005

Núcleo de Campanhã (Porto)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário do Núcleo da Campanhã, no Concelho do Porto, para reunir no dia 28 de Maio de 2005, entre as 20.00 h e as 23.00 h, na Rua de Entreparedes, n° 80, no Porto,

com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo

Nota: a entrega das listas deverá ser efectuada nos prazos previstos no Regulamento Eleitoral, na sede da Concelhia do Porto, Rua do Pinheiro Manso, 305

Núcleo de Lordelo (Porto)

Ao abrigo do n° 59 dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo do Lordelo – Paredes, para reunir no dia 28 de Maio de 2005, entre as 09.00 h e as 12.00 h, na sede do núcleo, na Estrada Nacional n° 80, no Porto, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Eleger a Comissão Política do Núcleo

Nota: a entrega das listas deverá ser efectuada até ao dia entre as 21 horas e as 24 horas, na sede do núcleo

Núcleo da Maceira (Leiria)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco a Assembleia do Núcleo do PSD da Freguesia de Maceira, para reunir em sessão ordinária, no dia 06 de Maio de 2005, pelas 21.00 horas, na sede do núcleo, na Estrada da Marinha Grande, n° 18, Telheiro, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Análise e debate sobre o actual mandato autárquico

2 – Debate e parecer sobre a proposta do perfil do candidato a Presidente da Junta de Freguesia de Maceira às próximas eleições autárquicas.

3 – Informações

Núcleo de Santiago de Bougado (Trofa)

Ao abrigo dos N.ºs. 1 e 2 da alínea c), dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os Militantes do Núcleo de Santiago do Bougado, para reunir em Plenário, no dia 28 de Maio de 2005, pelas 17 horas, na sede do Núcleo, na Rua do Outeirinho, n.º2, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo, para o biénio 2005/2007

Nota: a entrega das listas deverá ser efectuada até às 24.00 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede do núcleo, que tem como horário de funcionamento, das 21.30 h. até às 24.00 h, para efeitos de recepção de candidaturas.

As candidaturas deverão obedecer ao disposto no Artº 4º do Regulamento eleitoral do PSD e a votação decorrerá entre as 17.00h e as 22.00h.



ALGÉS/CARNAXIDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Jsd e dos demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário da Secção de Algés/Carnaxide, para reunir no próximo dia 6 de Maio de 2005, em sessão

ordinária, pelas 21h00, na Sede da Secção, sita na Avenida Carolina Michaelis, 37 loja, em Linda-a-Velha, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Análise da Situação Política.

ALANDROAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Alandroal, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 21 de Maio de 2005, pelas 17h30, na Sede Concelhia, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição da Comissão Política de Secção de Alandroal;
- 2- Eleição da Mesa do Plenário de Secção de Alandroal.

NOTA:
O acto eleitoral decorrerá

entre as 17h30 e as 19h30 em sistema de urna fechada.

As listas candidatas bem como as respectivas declarações de aceitação e subscrições, deverão ser entregues até às 24h00 do dia 18 de Maio de 2005 (terceiro dia anterior ao acto eleitoral) na Sede Concelhia do PPD/PSD ou qualquer um dos elementos da Mesa do Conselho Distrital - n.º do Presidente da Mesa 96-631 41 84.

VENDAS NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco a Mesa do Plenário de Secção de Vendas Novas da JSD, para reunir no próximo dia 28 de Maio de 2005 (Sábado), pelas 17h00, na Sede do PSD, sita na Rua Joaquim de Mendonça n.º 25 (junto à Caixa Geral Depósitos), com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos
- Ponto I – Informações;
 - Ponto II – Análise da Situação Política;
 - Ponto III – Outros Assuntos.

SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD do Seixal, para reunir no dia 29 de maio de 2005, pelas 18h00, na Sede Concelhia do PSD/JSD Seixal, sita na Rua MFA, n.º 11 Amora, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Análise da Situação Político-Partidária;
- 3- Eleição dos Órgãos JSD Seixal:

Eleição da Comissão Política de Secção da JSD Seixal;

Eleição da Mesa do plenário da JSD Seixal.

NOTA:

O acto eleitoral decorrerá entre as 19h00 e as 23h00.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Sede Concelhia da JSD.

Leia, assine e divulgue

POVO LIVRE

TABELA DE ASSINATURAS		BOLETIM DE ASSINATURA	
Continente	Regiões Autónomas	PSD - Rua de São Caetano à Lapa, 9 - 1200 Lisboa CODEX - Tel. 213952140	
6 meses.....16,21€	6 meses.....22,45 €	Nome: _____	
12 meses.....29,93€	12 meses.....38,91 €	Morada: _____	
<div style="border: 1px solid orange; padding: 2px; display: inline-block;"> Apoio.....59,86 € </div>		Freguesia: _____	
Estrangeiro	semestral anual	Cód. Postal: _____ Localidade: _____	
Espanha.....22,45 €38,91 €	Assinatura: <input type="checkbox"/> Nova <input type="checkbox"/> Renovação <input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual	
Europa, Angola, Moçambique, Guiné, S. Tomé e Macau.....29,93 €64,84 €	Militante nº _____	
Outros Países.....59,86 €94,77 €	Junto envio cheque nº: _____	
		Segue Vale correio nº: _____	
		Junto numerário no valor de: _____	
		Assinatura _____	

Receba semanalmente o Órgão Oficial do Partido

O debate em torno no eventual referendo relativamente à Interrupção Voluntária da Gravidez tem sido intenso. A Comissão Política Nacional da JSD não ficou alheia a esta situação, emitindo um comunicado relativamente à realização deste referendo e ao seu posicionamento perante o tema em discussão.

A Juventude Social Democrata caracteriza-se, na sua génese ideológica, pela valorização do humanismo, bem como dos grandes princípios da justiça, da liberdade e da solidariedade.

Nesse espírito Humanista, que é pedra basilar da Social Democracia Portuguesa, a Comissão Política Nacional da JSD definiu, relativamente à temática da Interrupção Voluntária da Gravidez, as seguintes posições:

- Defendemos que a Assembleia da República deverá pronunciar-se, de forma inequívoca e imediata, pela suspensão de processos de criminalização, entenda-se julgamento em tribunal de mulheres que tenham optado pela Interrupção Voluntária da Gravidez.

No entanto, a JSD entende que quem por qualquer meio fizer abortar uma mulher grávida fora do âmbito da lei vigente deve continuar a ser punido com pena de prisão. Não aceitamos que haja quem faça negócio explorando perversamente as fraquezas e fragilidades de outro ser humano.

- Defendemos que este não é o momento para realizar qualquer consulta pública sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez. Não permitiremos que nenhuma partido e, neste caso, o Partido Socialista, transforme esta questão sensível e de cariz sobejamente pessoal, numa arma de arremesso político com meras intenções eleitoralistas, tendo em conta a proximidade das eleições autárquicas.

- Sendo a questão da Interrupção Voluntária da Gravidez suprapartidária, entendemos, enquanto maior estrutura de Juventude Portuguesa, ter a obrigação de informar e esclarecer os Jovens Portugueses sobre esta matéria. Nessa medida iremos realizar campanhas de informação, no âmbito de uma Campanha Nacional de esclarecimento sobre as várias propostas dos Partidos Portugueses que irá percorrer não só a estrutura mas também as escolas e as universidades. Somente com informação disponível é que qualquer pessoa pode então decidir de forma responsável e consciente. Ao contrário de outras Juventudes Partidárias, a JSD irá cumprir com o seu dever cívico, contribuindo para a consciencialização da população portuguesa numa matéria tão complexa e sensível como a do aborto.

Repugna-nos, enquanto Social Democratas, que haja partidos políticos,

como o Partido Socialista, o Partido Comunista e o Bloco de Esquerda, que explorem esta matéria de extrema sensibilidade com fins meramente eleitoralistas ao invés de cumprirem a sua missão cívica de informar os Portugueses, de forma objectiva, sobre as várias opções em discussão.

- Conforme aprovado no último Congresso Nacional da JSD, será fomentado um debate interno sobre esta problemática, em Conselho Nacional, de modo a esclarecer e informar todos os militantes. Pretendemos também que sejam os militantes a assumir uma posição clara relativamente à pertinência do Referendo sobre a IVG.

- Ao reconhecer que o diploma da Interrupção Voluntária da Gravidez é totalmente apolítico e apartidário, a Juventude Social Democrata não tomará nenhuma posição oficial na eventualidade de se realizar novo referendo sobre esta matéria.

A Comissão Política Nacional não pretende de qualquer modo limitar a consciência de ninguém, sendo a participação e expressão livre para cada militante.

Não podemos passar à margem desta discussão sem encarar globalmente todas as questões envolventes. O quadro de evolução demográfica do nosso país tem vindo a sofrer uma grave inversão. A pirâmide etária encontra-se alterada e com perspectivas de agravamento, o que faz antever consequências nefastas em termos sociais e económicos para o nosso país.

Articulando todas estas questões, a JSD assume o compromisso de defender e apresentar uma proposta ao Grupo Parlamentar do PSD e ao Governo Português, com as seguintes linhas de orientação:

1. Incentivos à **Natalidade**
2. **Família** – Reformas de apoio à Instituição Familiar enquanto primeira e mais importante fonte de valores e pilar da formação para a cidadania
3. **Adopção** - solução real e desburocratizada
4. **Educação Sexual** – a prevenção começa na formação

19 de Abril de 2005

Comissão Política Nacional da Juventude Social Democrata

JSD de Águeda reúne no Dia Internacional da Saúde

A Comissão Política de Secção da JSD de Águeda, reuniu na passada quinta-feira, dia 7 de Abril de 2005, **Dia Internacional da Saúde**, pelas 21h 30m, na sua sede.

A JSD de Águeda está a preparar o seu **Projecto Político para a Juventude Agedense**, aguardando-se para breve a apresentação das linhas orientadoras. O Coordenador do Projecto, Marco Abrantes, vice-presidente da estrutura, adiantou já que o projecto será inovador, aberto à participação e contribuição de todos, e que terá como principal objectivo “ser um contributo de ideias para o Programa Eleitoral que o PSD irá apresentar em Outubro”.

Em simultâneo a JSD de Águeda irá apresentar também brevemente as linhas orientadoras para o Projecto Político Autárquicas 2005, e segundo Carlos Franco, Presidente da JSD de Águeda e Coordenador deste Projecto, “a **JSD de Águeda estará na primeira linha para este desafio, irá apresentar as suas ideias e quer que o PSD continue a desenvolver o seu trabalho no desenvolvimento do Concelho**”.

No final da reunião realizou-se uma “**Mesa Redonda**” sobre o **Dia Internacional da Saúde**.

Temas como a venda de medicamentos nos supermercados, o uso dos genéricos, o referendo sobre o aborto, a eutanásia, a redução das listas de espera, foram discutidos pelos jovens social democratas.





Distrital de Setúbal promove I Curso de Formação Autárquica



No passado fim de semana a Comissão Política Distrital de Setúbal promoveu o seu primeiro Curso de Formação Autárquico, tendo sido abordadas três temáticas: ABC das Autarquias, Marketing Político, e a experiência de Ser Autarca. Neste primeiro evento de formação contou-se com a presença de alguns convidados como: Gonçalo Capitão, o Presidente da CPD/PSD Luís Rodrigues, o candidato do PSD à Câmara Municipal do Barreiro Bruno Vitorino e o ex-formador nacional da JSD Miguel Cardina.

Marcaram ainda presença cerca de 80 militantes da JSD e do PSD, o que demonstrou o empenho em apresentar bons candidatos no projecto autárquico.

Ainda no âmbito da formação autárquica a CPD-JSD de Setúbal vai lançar a *Assembleia do Cidadão*, *Homenagens ao Esquecimento Autárquico* e organizar

debates temáticos: Ambiente, Urbanismo e Ordenamento do Território, Finanças Locais, Mobilidade e Acessibilidades. Será ainda organizado um segundo Curso de Formação, com a vertente prática de simulação de uma Assembleia.

Todas estas actividades serão abertas aos interessados, sejam ou não do Distrito de Setúbal, bastando para tal que seja feita a confirmação junto da CPD-JSD de Setúbal.

Para informações adicionais ou esclarecimentos sobre este evento contactar:
Nuno Matias
Presidente da Comissão Política Distrital de Setúbal da JSD
Tel: 917682868
Email: cpd_jsdsetubal@hotmail.com



CPS-JSD Ourém organiza FESTA DA JUVENTUDE



No passado dia 2 de Abril teve lugar na Gondemaria a Festa da Juventude da JSD de Ourém. Esta iniciativa reuniu num jantar cerca de centena e meia de pessoas e teve como principal propósito marcar o início dos trabalhos de preparação para as eleições Autárquicas.

Para além desta iniciativa foram ainda desenvolvidas algumas campanhas de sensibilização rodoviária e cívica: “100% Cool 0% Álcool: Se conduzires não bebas” e “Álcool Sub-18 Não!: Os menores não devem beber”.

O Presidente do PSD confirma Carmona Rodrigues como candidato à Lisboa



Na passada quinta feira, o líder do nosso Partido, Luís Marques Mendes, recebeu, na sede nacional o Professor Engenheiro António Pedro de Nobre Carmona Rodrigues, que para além da sua brilhante carreira de docente universitário, foi vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação, e Presidente da Câmara de Lisboa, na ocasião do Governo Santana Lopes.

O encontro entre Marques Mendes e Carmona Rodrigues teve como motivo a confirmação do convite do PSD a Carmona Rodrigues, para apresentar, com o apoio do PSD, a sua candidatura à Presidência da Câmara da capital portuguesa, nas próximas eleições autárquicas, e a aceitação de Carmona Rodrigues ao desafio que lhe foi lançado pelo PSD.

Já em declarações anteriores à Informação, quando questionado sobre a candidatura a Lisboa, o presidente da Comissão Nacional Autárquica do PSD, Dias Loureiro, tinha afirmado que “Carmona Rodrigues seria um excelente candidato”, já que é uma pessoa com “um currículo fora de série, com conhecimentos, muito bom-senso e totalmente credível”.

Numa pequena cerimónia, que se desenrolou ao ar livre, perante a Comunicação Social e tendo como pano de fundo a fachada principal da nossa Sede Nacional, o convite oficial foi formulado e aceite.

Pouco depois de ter sido tornada pública a decisão, as várias secções do PSD de Lisboa, fizeram chegar à Sede um comunicado em que exprimiam a sua aprovação, afirmando:

“Na sequência do anúncio oficial do Partido Social Democrata sobre a escolha do Professor António Carmona Rodrigues, como candidato apoiado pelo PSD para a Câmara Municipal de Lisboa, os presidentes das Secções do

PSD do concelho de Lisboa desejam tornar publico o seguinte:

«1. Congratulam-se com a decisão do presidente do Partido em convidar o Professor Carmona Rodrigues para se candidatar à Câmara Municipal de Lisboa correspondendo à vontade das bases do partido em Lisboa e também ao desejo dos lisboetas;

2. Manifestam o seu agrado pela disponibilidade manifestada pelo Professor António Carmona Rodrigues que, sendo uma personalidade independente, aceitou esta candidatura em nome do PSD;

3. Confiam que o Professor Carmona Rodrigues irá conduzir esta candidatura colocando o seu profundo conhecimento sobre a cidade de Lisboa, as provas já dadas com o trabalho desenvolvido em prol de Lisboa e a sua reconhecida competência ao serviço da cidade e dos lisboetas;

4. Expressam a disponibilidade, o empenho e toda a lealdade para colaborarem activamente nesta candidatura, de modo a que, coroada de sucesso, possa servir Lisboa e os lisboetas.

Os Presidentes das Secções de Lisboa do PSD, Secção A – Sérgio Lipari; Secção B – António Proa; Secção Oriental – Rui Coelho; Secção D – Paulo Moreira; Secção E – João Taveira; Secção G – Borges da Silva; Secção H – Rui Marques (pelo presidente - o vice presidente); Secção I – Francisco Oliveira. Subscvem este comunicado 8 das 9 Secções de Lisboa.»

Também todas as secções da JSD de Lisboa se solidarizaram com o Presidente do Partido e com o Professor Carmona Rodrigues, emitindo um comunicado do mesmo teor do que transcrevemos acima e manifestando a sua confiança e disponibilidade para a pugna autárquica que se avizinha.

- PL

